



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA DA SILVA TEIXEIRA

**PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc) PARA INTEGRAÇÃO
DE REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS EM JOÃO PESSOA/PB
(2018-2020)**

JOÃO PESSOA 2022

MARIANA DA SILVA TEIXEIRA

**PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc) PARA INTEGRAÇÃO
DE REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS EM JOÃO PESSOA/PB
(2018-2020)**

Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo) do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Migração e Integração.

Orientadora: Prof^a. Dr. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico

JOÃO PESSOA

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T266p Teixeira, Mariana da Silva.
Português como língua de acolhimento (PLAc) para
integração de refugiados e migrantes venezuelanos em João
Pessoa/PB (2018-2020) [manuscrito] / Mariana da Silva
Teixeira. - 2022.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2022.

*Orientação : Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco
Pacífico, Coordenação do Curso de Relações Internacionais -
CCBSA.*

1. Refugiados. 2. Integração de venezuelanos
interiorizados. 3. Brasil. I. Título

21. ed. CDD 325.21

MARIANA DA SILVA TEIXEIRA

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc) PARA INTEGRAÇÃO
DE REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS EM JOÃO PESSOA/PB (2018-
2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 22/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico

Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Anna Karollinne Lopes Cardoso

Anna Karollinne Lopes Cardoso
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Rafaella Sousa Nunes

Rafaella Sousa Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thalita Franciely de Melo Silva

Thalita Franciely de Melo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e dedico esse trabalho a minha família, mãe Elza, Tia Vera, Charlie, e aos que me deram forças até aqui para continuar e concluir essa caminhada, sem vocês eu não teria chegado até aqui. Ao universo, e aos anjos de luz que me guiaram e vem me abençoando e fortalecendo, com todas as graças durante esse ciclo que aqui finalizo.

Agradeço aos amigos que estiveram ao meu lado, e aos que mesmo na distância se fizeram presentes, Milena Barros, Luis Henrique, Natália Lira, Bruna Silva, Renata Rayanne, Amanda Galdino, Amanda Forte, obrigada por tudo.

Agradeço aos meus amigos da universidade Cherstony Dantas e Letícia Bianca.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (Nepda) e, especialmente, à minha orientadora, Andrea Pacífico, por todos os ensinamentos e oportunidades. Gratidão por nunca ter desistido de orientar o meu trabalho e por sempre acreditar no meu potencial.

Aos meus professores, companheiros e colegas do Nepda e UEPB, gratidão por todos os ensinamentos e aprendizados.

A Psicóloga Kadja, obrigada por mostrar que eu seria capaz de concluir essa etapa.

Finalizando, agradeço a mim, que mesmo nos momentos difíceis, eu fui capaz de criar forças e não desistir de concluir essa etapa tão importante na minha vida.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	8
1. Plano Nacional de Interiorização (2018).....	10
2.Importância do ensino do Português na integração de migrantes forçados e refugiados.....	15
3.Português como Língua de Acolhimento (PLAc) da CSVN/NEPDA (2018-2020)	18
4. Resultado do PLAc na integração de venezuelanos em João Pessoa.....	22
Considerações Finais.....	24
Referências.....	24

RESUMO

A Venezuela tem enfrentado, desde 2014, uma crise política, econômica e social. Essa crise tem levado o país à recessão e ao aumento de pobreza, alcançando uma onda de deslocamentos forçados de venezuelanos para outros países, como o Brasil. Devido à proximidade geográfica, fazendo fronteira com o país, milhares de venezuelanos se dirigem, principalmente, a cidades do norte do Brasil, como Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, sobrecarregando o local, uma vez que não estavam preparadas para acolher um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Assim, o Governo brasileiro criou a Operação Acolhida (OA), uma política pública social para acolher, ordenar e interiorizar venezuelanos no país. Este artigo analisa o papel do Projeto “Português como Língua de Acolhimento” (PLAc), da CSVM/NEPDA/UEPB, como ferramenta útil no processo de integração de venezuelanos interiorizados em João Pessoa, Paraíba, entre (2018- 2020), a partir de Costa (2020), que defende o uso da língua como ferramenta de integração local. A pesquisa teve caráter exploratório, com a intenção de abranger novos conhecimentos sobre o PLAc no Brasil e mostrar a importância do ensino da língua na integração de refugiados.

Palavras-Chave: Brasil; refugiados; integração.

ABSTRACT

Venezuela has faced a serious political, economic and social crisis since 2014. This multi-causal crisis has led the country to recession and poverty rising, culminating in a wave of forced displacement of Venezuelans to other countries, such as Brazil. Due to the geographic proximity, having border with this country, thousands of Venezuelans go mainly to cities of the North of Brazil, such as Pacaraima and Boa Vista, in the state of Roraima, causing local overloading, since they were not prepared to host a large number of people in situation of vulnerability. Hence, the Brazilian government created the Host Operation (OA), a social public policy to host, organize, and interiorize Venezuelans in the country. This article analyzes the role of “Portuguese as Host Language” Project (PLAc), from NEPDA/UEPB, in the process of integrating interiorized Venezuelans in João Pessoa, Paraíba, between 2018 and 2020, from Costa (2020), who defends the use of language as a tool for local integration. The research had an exploratory character, with the intention of covering new knowledge about PLAc in Brazil and showing the importance of language teaching in the integration of refugees.

Keywords: Brazil; refugees; integration.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crise econômica, social e política venezuelana levou a um aumento do fluxo migratório de pessoas em países latino americanos e caribenhos, além de Estados Unidos e Espanha. Fazendo fronteira com Brasil, os Venezuelanos chegaram por cidades como Boa Vista-Roraima, que, em setembro de 2019, contava com 4.194 migrantes forçados venezuelanos na rua; número esse cada vez mais crescente (SILVA, 2021). Segundo a Plataforma R4V (2022), o Brasil possui um total de 345.013 refugiados e migrantes venezuelanos no país.

A Paraíba se encontra entre os Estados do Nordeste que mais receberam venezuelanos interiorizados no país: foram 783 interiorizados no Estado (2018-2021), ficando atrás apenas de Pernambuco, em números. Em destaque, há a capital, João Pessoa (PB), que permanece entre as que mais receberam interiorizados, contando com cerca de 466 venezuelanos vindo através da Operação Acolhida. Os primeiros venezuelanos interiorizados na Paraíba datam de 2018, quando chegaram 44 interiorizados pela Operação Acolhida. Ao chegar a Paraíba, eles eram interiorizados em João Pessoa, na ONG- Aldeias Infantis, que recebeu 119 venezuelanos, e no Conde(PB), ficando na proteção da Pastoral do migrante, que recebeu 79 venezuelanos.

As migrações, quando econômicas, são de certa forma planejadas, pois o migrante tem a intenção de migrar. No caso das migrações forçadas, o agravante é um sofrimento humano. As migrações forçadas acabam apresentando uma maior preocupação aos atores envolvidos que, durante esse processo de ir e vir, apresentam maiores consequências nesse deslocamento (PACÍFICO, 2018).

Diante da preocupação com o deslocamento, havido após a Segunda Guerra Mundial, surgiu o Regime Internacional do Refugiado (RIR), criado pela (ONU) e tendo como instituição o ACNUR, um órgão que acaba funcionando como uma conexão entre Estado, sistema internacional e refugiados. Com a criação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1951, veio a definição de refugiado e uma proteção a essas pessoas (PACÍFICO, 2018), por meio do ACNUR.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado (ACNUR) visa colocar em prática a Convenção de Genebra sobre o Estatuto de Refugiados de 1951, com proteção jurídica para refugiados, de forma ampla, universal, individual e coletiva (PACÍFICO, 2018). Ela traz, no artigo I, a definição de refugiado e a proteção jurídica deles, que, junto com o Protocolo de Nova York de 1967, trata como refugiado qualquer pessoa que, por temor de ser

perseguida por razão de raça, nacionalidade, religião, grupo social ou opiniões políticas, não pode (ou não quer) voltar ao seu país de origem ou nacionalidade (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1951).

Enquanto o migrante econômico deixa o seu país de origem, voluntariamente, para fugir à pobreza e à miséria, um refugiado deixa o seu país de origem, forçadamente, para fugir à insegurança, à perseguição e à morte. O direito brasileiro também define esta categoria de pessoas. A lei 9.474/97 reconhece como refugiado

todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997)

Devido ao fluxo de refugiados e migrantes no Brasil, com eles vieram desafios e urgências. Esse fluxo coloca o país a enfrentar os esforços por respostas adequadas. No entanto, mais do que resposta de fato, a realidade trouxe a necessidade da elaboração de uma Política Nacional de Interiorização (PNI), a vigorar como agenda e programa dentro do Estado brasileiro. O PNI resultou na criação e implementação de programas de ensino de português específicos para venezuelanos nas cidades de acolhimento no Brasil.

Sendo assim, o primeiro tópico deste artigo trata do Programa Nacional de Interiorização (PNI). Em segundo, ele trata da importância do português na integração de migrantes forçados e refugiados, mostrando o papel fundamental do ensino da língua como ferramenta de integração de migrantes e refugiados no Brasil.

O terceiro tópico discute a importância do português como língua de acolhimento para refugiados e migrantes forçados (PLAc) em João Pessoa, mostrando que o português está inserido como uma das formas de acolhida solidária do migrante e do refugiado, como acontece há mais de dez anos em algumas Universidade do Brasil, apresentando-se muito mais que inserção do indivíduo local, mas também tratando o ensino do português como busca por liberdade, dignidade e cidadania dos migrantes e refugiados.

O quarto e último tópico trata das experiências do PLAc, como projeto de extensão, vinculado CSVM/NEPDA/UEPB, no ensino do português para refugiados e migrantes forçados venezuelanos na cidade de João Pessoa entre (2018-2020) e seus resultados.

O problema da pesquisa é o que segue: Até que ponto o PLAc/UEPB foi efetivo na integração de refugiados e migrantes venezuelanos em João Pessoa? O objetivo foi encontrar

mudanças social e garantia de cidadania alcançadas por meio do aprendizado do português na integração de migrantes forçados e refugiados venezuelanos em João Pessoa.

A metodologia utilizada na pesquisa foi de caráter qualitativo, bibliográfico e exploratório, com a intenção de abranger novos conhecimentos sobre o PLAc, como ferramenta de auxílio na integração de migrantes forçados e refugiados no Brasil, em especial no projeto de extensão em epígrafe.

A pesquisa é de vasta importância para as relações internacionais, pois é partindo do Português como língua de acolhimento para refugiados e migrantes que se consegue entender sua efetividade na intensificação do projeto na integração de refugiados e migrantes venezuelanos em João Pessoa, conseguindo alinhar a teoria à prática no ensino do português

1. Plano Nacional de Interiorização (2018)

O Estado brasileiro esteve diante de um novo capítulo dentro do tema de migrações forçadas e refúgio, pois certos Estados, como Roraima, não estavam preparados para receber o grande número de venezuelanos que chegaram até as cidades do norte do país. Com isso, políticas de governo foram criadas, com foco na proteção e na defesa dos refugiados.

Nesse sentido, surge, no Brasil, como medida de assistência humanitária, a Operação Acolhida (OA), como apoio às medidas de assistência humanitária de acolhimento de venezuelanos em situação de extrema vulnerabilidade. A OA tem por objetivo, recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar imigrantes venezuelanos em território nacional e estados que aceitam acolher essas pessoas. (CRUZ,2020)

Assim, com base na Lei de Refúgio brasileira, a OA é uma resposta humanitária estabelecida por Decreto presidencial, em 2018, articulado com Governo Federal, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, para acolher e integrar migrantes forçados e solicitantes de refúgio venezuelanos que entram pelo território brasileiro por Roraima. (MEDEIROS, 2019, p.14-15)

A OA, criada em 2018 na Lei 13.684/18 para receber os refugiados e migrantes venezuelanos, está organizada em três eixos estratégicos: O primeiro é o ordenamento de fronteira e documentação, que consiste em recepcionar, identificar, triar e imunizar os imigrantes que entram no País. O segundo é o eixo de abrigamento (acolhimento e assistência humanitária), que se fundamenta em alojar os imigrantes, temporariamente, a fim de dar condições de inserção na sociedade brasileira ou, até mesmo retornar ao seu país de origem. O terceiro eixo é o de interiorização, que equivale a integrar o imigrante, na sociedade brasileira, instalando essas pessoas em regiões brasileiras. (ACNUR, 2018).

Assim, o terceiro eixo, a interiorização. O Plano Nacional de Interiorização (PNI) é responsável por distribuir esses migrantes e refugiados por todo o território nacional. Ele também estabelece que Estados fronteiriços, como Roraima não fiquem tão sobrecarregados, assim como Pacaraima e Boa Vista, cidades pequenas, em termos populacionais, com pouca força econômica, possam ter resposta positiva via esse plano estratégico. Desse modo, à medida que o fluxo de refugiados e migrantes aumenta, existe uma maior dificuldade para a integração socioeconômica desses refugiados. (CRUZ,2020)

Dentro da estratégia do governo federal, a interiorização entra na busca por oportunidades de integração socioeconômicas para refugiados, migrantes e solicitantes de refúgio. Desse modo, introduz-se como plano importante na integração e na reintegração na sociedade, pois esses venezuelanos que chegam ao Brasil têm o espanhol como língua nativa e sua própria cultura, precisando de imediato se adaptar a uma nova realidade sócio-cultural a curto prazo.

De acordo com a Casa Civil (2018), as modalidades da PNI são abrigos nas cidades de destino (incluindo-se estaduais, municipais, da sociedade civil e federais mistos), moradia fornecida por entidade da sociedade civil ou organização de confissão religiosa, reunificação familiar e vaga de emprego sinalizada

O PNI está presente em alguns Estados do Brasil (CASA CIVIL,2022). Dois Estados do Nordeste tiveram destaque no acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos, quais sejam, Pernambuco e Paraíba, em 2018. Na Paraíba, mais de 700 Venezuelanos já participaram do processo de interiorização (NAÇÕES UNIDAS, 2022) - Primeiro eixo da Operação Acolhida, que inclui documentação, vacinação e operação de controle do Exército Brasileiro. O segundo eixo é o acolhimento, com oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde. E, por fim, o terceiro eixo é a interiorização, que significa inclusão na sociedade.

No Brasil, o PNI é um programa do governo federal brasileiro para a população venezuelana que vive em Roraima e Amazonas, visando, com segurança, mudar venezuelanos para outras partes do Brasil, sendo um processo completamente voluntário e gratuito. O Processo de interiorização funciona por meio da ação do Governo Federal e das Nações Unidas, que, dependendo da modalidade, entra em contato com entidades da sociedade civil, municípios, empresas e indivíduos interessados em receber os venezuelanos em outros estados brasileiros.

Confirmando o número de vagas disponíveis, os venezuelanos que desejam participar do processo são identificados, selecionados e, em seguida, passam por uma avaliação de saúde antes da viagem. Nas cidades de destino, os venezuelanos costumam ter mais

possibilidades de emprego e podem continuar acessando programas de saúde pública, educação e assistência social (ACNUR, 2022).

Os venezuelanos com interesses na interiorização podem solicitá-la, de forma gratuita, inserindo seu nome no registro do processo de interiorização. Os requisitos mínimos básicos para registro no sistema de interiorização são os que seguem:

- a. Pedido de Protocolo para Refugiados, Protocolo de Residência Temporária ou Registro Nacional de Migração (RNM);
- b. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c. Certificado de vacina:
 - Febre Amarela: obrigatória para pessoas entre 9 meses e 60 anos. Deve-se esperar 10 dias após a vacina para poder embarcar;
 - Tríplice viral: obrigatória para pessoas entre 6 meses e 49 anos. Deve-se esperar 14 dias após a vacina para poder embarcar;

d. A partir de setembro de 2019, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um documento totalmente digital, sem necessidade de enviá-la para acessar a interiorização. É importante lembrar que não é necessário alterar documentos para acessar as modalidades de interiorização. Os indivíduos com protocolo de solicitação de refúgio ou documentos de residência temporária detêm os mesmos direitos, tanto em relação ao direito ao trabalho, saúde e educação, quanto às modalidades de interiorização (ACNUR, 2022).

As modalidades específicas de interiorização são: Interiorização Institucional abrigo a abrigo, por reunificação familiar, por reunião social ou por trabalho. Quanto à interiorização institucional abrigo a abrigo, ela é voltada para os venezuelanos residentes em Roraima e que precisam de abrigo na cidade de destino, permitindo que o venezuelano se mude para uma cidade fora do estado de Roraima e alcance um espaço seguro (abrigo), onde possa ficar até 3 meses. (ACNUR, 2022)

A população prioritária dessa modalidade é a abrigada no abrigo Rondon 2 da cidade de Boa Vista. Quando estiver em qualquer um dos abrigos de Roraima, o venezuelano deve informar a coordenação do abrigo que deseja ser interiorizado. Após o registro, há lista de espera para transferência para o Rondon 2, quando surgir uma vaga. As transferências são feitas de acordo com o tempo de permanência no Brasil (data de entrada do protocolo de refúgio ou residência temporária). Para a viagem aos abrigos fora de Roraima, o mesmo se aplica: eles são realizados de acordo com os perfis de cada abrigo e com o tempo de residência no Brasil dos registrados (ACNUR, 2022).

Em segundo, a interiorização por reunificação é estritamente para pessoas com parentes fora de Roraima e Amazonas, com parentesco comprovado, e condições financeiras e sociais de recebê-los (as), uma vez transferidos para o destino final. Esse tipo de interiorização apoia a reunificação de famílias que estão separadas. Em Roraima e Amazonas, pessoas em abrigos podem ser registradas, assim como pessoas que vivem fora deles. Para buscar essa modalidade em Roraima, deve-se registrar no Posto de Interiorização e triagem (PITRIG) de Pacaraima ou, em Boa Vista, no Centro de Referência da Universidade Federal de Roraima. Para buscar essa modalidade em Manaus, deve-se registrar no PITRIG de Manaus (ACNUR, 2022).

Em terceiro, há a interiorização por reunião social, muito semelhante à reunião familiar. A única diferença é que não é necessário ter familiares na cidade de destino, mas um amigo ou alguém em quem o venezuelano confia e esteja disponível para recebê-lo(a). Isso significa ser necessário ter o endereço da pessoa que irá receber e, ao mesmo tempo, a garantia de que estará em local seguro.

Para isso, a pessoa a receber o/a venezuelano deve apresentar prova de uma fonte de renda mensal e ausência de registro criminal. Nesta modalidade, o sustento e outras necessidades do/a venezuelano/a devem ser fornecidos na sala de recepção pela pessoa que o/a recebe. As pessoas que vivem em Roraima e Amazonas podem ser registradas em abrigos, assim como as pessoas que vivem fora deles. Para buscar essa modalidade, em Roraima, deve-se registrar no PITRIG de Pacaraima ou, em Boa Vista, no Centro de Referência da Universidade Federal de Roraima. Para buscar essa modalidade no Amazonas, deve-se registrar no PITRIG de Manaus (ACNUR, 2022).

Por fim, há a interiorização pelo trabalho, que visa interiorizar venezuelanos que estão no estado de Roraima e serão contratados por uma empresa. As cotas das empresas contratantes são gerenciadas pela célula de internalização” (Governo Federal), que identifica as vagas, auxilia no processo de seleção dos trabalhadores e no transporte para chegada para o local de trabalho. O ACNUR pode fornecer suporte em casos específicos de vulnerabilidade pelo primeiro mês na cidade de destino. As pessoas que vivem em abrigos podem ser registradas, assim como as pessoas que vivem fora delas. Para procurar esse modo, deve-se registrar no PITRIG de Pacaraima e Boa Vista (ACNUR, 2022).

Há um crescente número de venezuelanos interiorizados nos Estados brasileiros, que até maio de 2022, registrou mais de 70 mil venezuelanos que passaram pelo processo de interiorização no país. (POZZO,2022). Todos são tratados com praticamente os mesmos direitos e deveres dos nacionais, conforme a Constituição da República de 1988 (CR/88). No

que se refere à garantia dos direitos fundamentais, por exemplo, a CR/88 estabelece que cabe ao Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação” (CF, Art.3, Inciso IV). (SALA, 2020, p.153)

Como dito, a Operação Acolhida é uma iniciativa do Governo Federal, de fevereiro de 2018, com o objetivo de operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados e migrantes forçados vindos da Venezuela em situação de vulnerabilidade. (PACÍFICO, 2018). Ela conta com a cooperação de vários atores (vide Tabela 1), internacionais e nacionais, como, entre os internacionais:

- A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que prestam apoio organizacional, na orientação e no apoio para solicitação de refúgio e visto de residência temporária;
- O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que gere fluxos de vulnerabilidade específicos (soropositivos, LGBTI e outros);
- O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com atividades com crianças.

Tabela 1: Operação Acolhida

Atores	Atuação
Exército	Operação Acolhida, Programa Nacional de Interiorização, transporte dos migrantes forçados venezuelanos.
ONG Aldeias Infantis SOS e a Pastoral do Migrante	Prestam auxílios aos venezuelanos, que vão desde abrigo a auxílio na busca por emprego e atendimento em matéria de saúde
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Oferecem programas de ensino de língua portuguesa, campanhas de doação, pesquisa e atendimento
Cátedra Sérgio Vieira de Mello	Oferece apoio operacional em cooperação com o Sistema ONU. A exemplo disto, pode-se citar a doação de celulares, pelo ACNUR, às Cátedras para um relacionamento mais direto entre estes órgãos
Sociedade Civil não Organizada	Ajuda por meio de doações e campanhas. Ocorre também cooperação com alguns setores dos poderes públicos e, ainda, a parceria da Pastoral do Migrante com os Restaurantes Populares, que fornecem alimentação gratuita para os venezuelanos cadastrados.

Fonte: (PACÍFICO; SILVA, 2018)

Com o crescente número de migrantes forçados e refugiados venezuelanos entrando no Brasil, requerendo refúgio ou visto de migrante, em março de 2018, a Portaria Interministerial n.9, decisão conjunta dos Ministérios do Estado, da Justiça, Extraordinário da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho, determinou que o venezuelano que esteja no Brasil e país nacional fronteiriço possa solicitar residência (ACNUR, 2022). Ao chegar na cidade de acolhimento, como parte do processo de integração, é fundamental o aprendizado da língua portuguesa.

2. Importância do ensino do Português na integração de migrantes forçados e refugiados

O ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) vem sendo aplicado em outras Universidades no Brasil, como projeto de extensão das Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVM), fórum acadêmico composto por 34 instituições de Ensino Superior do país e o ACNUR. Algumas CSVM, como Universidade Estadual da Paraíba, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Universidade de Brasília UNB, lecionam o Português como língua de acolhimento aos migrantes e refugiados. (ACNUR, 2021).

Diante do aumento do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil, e das necessidades de comunicação e intercâmbio linguístico cultural, a Língua Portuguesa começa a assumir um caráter atuante, sendo indispensável dentro de uma situação emergente e socioeducativa do ensino aos migrantes e refugiados, ofertando o ensino do português como medida de facilitação na integração e destacando-se como uma iniciativa de acolhida solidária do migrante e refugiado no Brasil.

Desse modo, o ensino do português para refugiados e solicitantes de refúgio, por exemplo, engloba muito mais do que ter o português como necessidade na vida social, mas uma busca por liberdade e emancipação dentro daquele território, mostrando que a língua é uma ferramenta capaz de levar ao migrante e ao refugiado a ocupação dos espaços e o não desejado “exílio” pela dificuldade de integração em sociedade (COSTA, 2020).

Quando se trata do marco inicial de políticas linguísticas oficiais no Brasil, ela data de 1757, com o surgimento da Lei Diretório, uma das leis constitucionais mais fortes do período colonial, no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa. Durante os séculos 18 e 19, o ensino de línguas no Brasil acabou por ser ampliado com a implementação do Latim e do Francês nas grades curriculares das escolas, na medida em que a industrialização também foi-se intensificando e o Português como Língua Estrangeira (PLE) começou a se fortalecer (COSTA, 2020).

As iniciativas do PLE no Brasil se iniciaram no Rio Grande do Sul, estado pioneiro na publicação de materiais para o ensino da Língua. Segundo Almeida Filho (2012, p. 726),

[m]arcas significativas do surgimento de uma nova especialidade no Ensino de Línguas no Brasil começam a aparecer na abertura de cursos para alunos estrangeiros no sul do Brasil, como o curso de PLE da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para o qual a Professora Mercedes Marchand criou um manual didático O ensino de português para estrangeiros em 1957, tendo sido publicado pela Editora Sulina do Rio Grande do Sul.

Nota-se que, diante do contexto global do século 21, de conexões, trânsito e movimentações geopolíticas e socioespaciais, o Brasil acabou sendo constituído em um dos países mais acolhedores no processo de migração, em especial no Sul Global, em que instituições de pesquisa começaram a dar passos para movimentar a investigação do que o autor chama de fenômeno social. (COSTA, 2020)

Quanto às ações de política exterior e integração, Costa (2020) destaca o papel do Mercosul na reformulação geopolítica, que contribuiu para que o PLE fomentasse um fortalecimento político e econômico do país para além das fronteiras. Segundo Costa (2020, p. 131),

[a] criação e institucionalização de iniciativas como a Sociedade Internacional do Português Língua Estrangeira (SIPLÉ), o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Associação de Universidades do Grupo Montevideu são exemplos de ações que também têm contribuído nesse processo de valorização e difusão do Português pelo mundo afora.

Em virtude do cenário migratório e do deslocamento forçado de pessoas em condições de extrema vulnerabilidade, foi necessário buscar medidas que pudessem integrar essas pessoas na sociedade. No entanto, pensar em português como acolhimento é uma tarefa ainda mais complexa, pois não se trata de um público comum em uma classe de alunos de língua portuguesa convencional, mas sim, de refugiados, que são pessoas que se encaixam em um contexto ainda mais específico. Além de fugir do país e migrar para outro país na condição de refúgio, eles carregam consigo condições de fragilidade e tem a língua do país de refúgio como um fator que impossibilita a busca por cidadania.

A barreira linguística é obstáculo à integração. O conceito de “língua de acolhimento” surge dentro do contexto a qual a aprendizagem é um formador essencial na melhoria na qualidade de vida desses migrantes e refugiados na integração e na inserção deles na sociedade. Daí se insere a importância do aprendizado do português na vida dessas pessoas. (PEREIRA,2017)

Dessa maneira, o Brasil, como país de destino, desenvolve atividades que possibilitem a integração imediata de migrantes e refugiados venezuelanos, pessoas que precisam desenvolver expectativas daqueles que acolheram. Sendo assim, o aprendizado da nova língua precisa e possibilitar o desenvolvimento, de modo que essas pessoas passem a se integrar e possam tornar-se cidadãos do país de acolhimento, tendo o português como principal agente formador de integração na busca por cidadania desses indivíduos. (PEREIRA,2017)

No discurso da dramaticidade vivida por esses migrantes refugiados, Paulo Freire (1987), discute o processo de desumanização que é causado pelo opressor aos oprimidos. Para ele (1987, p. 16), a desumanização, “não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais”.

Pensando pela lógica de Freire, o migrante forçado e o refugiado se encaixam como oprimido, uma vez a língua conta como uma barreira que impede integra-se de forma humanizada em sociedade, e esse refugiado fica à mercê da exploração dos meios. Assim, quando busca o aprendizado na língua portuguesa, tem-se uma busca pela quebra da opressão da sociedade de acolhida, a mesma que ver esses migrantes e refugiados, muitas vezes, com olhares preconceituosos, tratando o português como processo de reumanização, na promoção pela liberdade dessas pessoas em sociedade.(PEREIRA,2017)

No Brasil, a importância do aprendizado da língua portuguesa para a adaptação desses refugiados no país é imprescindível, uma vez que as dificuldades nesse processo de aquisição da língua são encontrados, pois essas pessoas não conseguem se firmar como o outro, nem expor suas necessidades, com dificuldades até de trazer suas bagagens culturais, pois não conseguem expressar-se, mostrando que o domínio da língua é um fator fundamental no processo de sobrevivência no país. (PEREIRA,2017)

É nesse quadro de complexidades que nasce a proposta do Ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), dentro de um cenário de crise, fragilidade, omissões e ausência estatal, que também deu lugar à resignificação na perspectiva do ensino da língua como acolhimento, incluindo consciência cultural e indo além do desenvolvimento de habilidades discursivas.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de migrantes chegou a 272 milhões de pessoas, até 2019, incluindo os que são obrigadas a deixar seu país de origem em razão de sua sobrevivência. (OIM Brasil, 2019). São esses migrantes e deslocados que atuam como protagonistas de uma nova ordem global pós-moderna, em que a linguística está

posicionada como mais uma problemática a ser trabalhada e uma das implicações no processo de reintegração dessas pessoas (COSTA, 2020).

O ensino do Português tem um papel fundamental na integração dos migrantes forçados e dos refugiados, na reintegração dessas pessoas e nas diversas possibilidades de construir novamente suas vidas em sociedade. Além disso, é por meio da possibilidade de aprendizagem da língua, que os mecanismos de abertura de oportunidades podem vir a ser alcançadas, na integração em sociedade, no exercício de uma profissão e no acesso à rede de políticas públicas sociais e assistências (OLSEN, 2019).

Com relação às soluções tradicionais para migrantes forçados e refugiados, a integração local é uma das opções duráveis. Como visto na Resolução 428, do Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1949), uma vez que os refugiados são admitidos em seus territórios, devem ser acolhidos sem exclusão e sem extinguir aqueles que pertencem às categorias mais desamparadas. Dentre as soluções previstas no Estatuto, há também repatriação voluntária e reassentamento em um terceiro país. (ACNUR, ESTATUTO,1950)

Segundo Bulla (2020), o ensino do Português como língua de acolhimento para migrantes no Brasil vem-se fortalecendo nacionalmente em termos de pesquisa, em especial nos últimos cinco anos. Ele tem por objetivo auxiliar estudantes no processo de sobrevivência, circulação e integração básica nas cidades, que, geralmente, se encaixam nos grupos de maior vulnerabilidade.

Saliente-se que o ensino do Português é uma via essencial no processo de inclusão destes venezuelanos, pois a língua é reconhecidamente uma mediadora de conflitos e libertação e o ensino do português auxilia no processo de emancipação, respeito e garantia dos direitos deles como cidadãos. (AMADO,2018)

O PLAc, é um instrumento diferenciado do ensino de língua estrangeira, pois é direcionado às especificidades do refugiado e do migrante forçado, em que o indivíduo é visto como um indivíduo indesejado, como um problema social. Assim, através do aprendizado da língua do país de acolhimento, esse efeito de exclusão pode ser transformado.(PEREIRA,2017). Ver de perto as transformações que o PLAc proporciona na vida de um migrante ou refugiado, que chega ao país sem direção e perspectivas de construção de vida e passa a exercer e garantir cidadania, está entre uma das maiores concepções de integração na sociedade.

3. Português como Língua de Acolhimento (PLAc) da CSVN/NEPDA (2018-2020)

O Projeto “Português como língua de acolhimento” (PLAc), já é realizado, como dito, por algumas CSVM (Cátedra Sérgio Vieira de Mello), no Brasil, a exemplo da UnB, USP, UERJ, UFSC e, atualmente, UEPB, inserida no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre deslocados ambientais (NEPDA), do curso de Relações Internacionais. Assim, a UEPB integra a Rede do Programa PLAc e passa a atuar de forma a levar os seus discentes de Relações Internacionais a campo, humanizando-os e disseminando teoria aliada à prática no campo de estudo de refugiados e migração forçada.

O projeto de extensão PLAc/CSVM/NEPDA/UEPB teve como objetivo contribuir para a inclusão (sócio-econômico-cultural e cível-política) de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes venezuelanos na Paraíba, a partir de uma atuação concreta dos discentes vinculados à Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UEPB, por meio do ensino da língua portuguesa, auxiliando esses venezuelanos na adaptação no local de acolhimento e, particularmente, quanto ao acesso a emprego, educação, saúde, documentação, mobilidade e cultura.

Seus objetivos foram o ensino da língua portuguesa para refugiados, migrantes com visto humanitário e solicitantes de refúgio venezuelanos interiorizados na ONG Aldeias Infantis SOS. Devido à crise global de migração e refúgio, que atinge o Brasil, em especial a vasta quantidade de venezuelanos na região local, o NEPDA/UEPB, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, faz-se atuante no acolhimento aos cidadãos de nações vizinhas ou de outros países, promovendo campanhas de solidariedade, com atuação para além do ensino e da pesquisa.

Assim, além do ensinar o português como língua de acolhimento aos venezuelanos na ONG Aldeias Infantis SOS, em João Pessoa, outros objetivos constavam no projeto inicial, quais sejam: atualizar o Manual do PLAc, organizado e publicado pelas coordenadoras do Projeto, professoras Andrea Pacheco Pacífico e Mônica Santana, com o auxílio direto dos discentes da UEPB e de outras docentes de Instituições diversas; buscar preparar os venezuelanos em epígrafe, via PLAc, para inclusão, na Paraíba, como sociedade acolhedora; e publicar os resultados, em formato de artigo, apresentando-os nos diversos foros acadêmicos, na UEPB e fora dela.

Historicamente, o projeto teve início em agosto de 2018, porém somente foi aprovado pela Pró- Reitoria de extensão (PROBEX) em 2019. Todos os voluntários foram capacitados pela professora de Linguística e Relações Internacionais, Dra. Mônica Santana, para ministrar as aulas na ONG supracitada. As aulas foram iniciadas em 13/02/2019 na ONG Aldeias Infantis SOS, no Bairro de Mangabeira, em João Pessoa.

De início, foram discutidas as condições de horários, juntamente com a coordenação da ONG Aldeias Infantis SOS e as disponibilidades de horários e datas disponíveis ao PLAc, pois a ONG possui, em seu espaço, outros projetos na área da educação para refugiados, com oficinas de percussão, teatro e letramento lúdico, além de projetos com a UFPB.

As aulas eram destinadas aos dias de segundas e terças, das 14h às 15h: as aulas de segunda-feira eram ministradas pela bolsista Mariana (Turma A) e duas voluntárias, Sarah e Tereza (Turma B). As aulas da terça-feira foram ministradas por quatro voluntários, responsáveis pelas turmas C, Laleska e Yasmin, e D, Karol e Jordann. As aulas do primeiro semestre foram iniciadas em 25/02/2019.

Com o início do semestre, todos os monitores voluntários conheceram os alunos venezuelanos, junto com a professora Mônica Santana, que auxiliou todos os voluntários do projeto durante o primeiro semestre. Concluído o primeiro semestre com êxito, no segundo semestre de 2019, as aulas do PLAc retornaram com novos alunos e famílias venezuelanos no dia 06/08/2019. Contudo, as aulas e as turmas mudaram, pois a ONG acolheu um grande número de projetos de extensão, como cursos de manicures, cabeleireiros, oficinas para os refugiados, entre outros, além de parceria com o SENAC local.

Dessa maneira, as aulas passaram a ser ministradas nas terças-feiras, de 14h às 15h, para a turma A, e de 15h às 16h com a turma B. Naquele momento, o projeto PLAc continuou com dois monitores voluntários (Sarah e Matheus) e uma bolsista (Mariana). Durante aquele semestre, foi possível visualizar um maior empenho dos venezuelanos em querer aprender mais, pois os primeiros alunos que chegaram no projeto tinham uma formação acadêmica entre pessoas com o ensino superior, ensino médio e até ensino fundamental, e com uma maior procura ao aprendizado do português para ingressar no mercado de trabalho.

Algumas atividades de doação foram feitas pela comunidade acadêmica para os venezuelanos em 2018/2019 à ONG Aldeias Infantis SOS, inclusive contando com apoio da sociedade civil. Entre as doações, citem-se roupas, fraldas, materiais de higiene pessoal, cadernos, canetas, lápis, borrachas e material didático impresso, produzido pela equipe do PLAc, para ajudar aos venezuelanos durante o curso de português.

O projeto teve duração de mais um ano, tendo começado, formalmente, como projeto de extensão da UEPB, em 25/02/2019, com o português como língua de acolhimento aos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio Venezuelanos na Paraíba, em parceria NEPDA/UEPB. Ressalta-se que este projeto existe desde 2018, de forma voluntária, sendo realizado pela mesma equipe aqui discriminada.

Nesse segundo ano, os voluntários do curso de Relações Internacionais da UEPB ministravam, em dupla ou individualmente, por uma hora, aulas de português, uma vez por semana, na ONG Aldeias Infantis SOS para venezuelanos lá acolhidos. Durante as aulas, os alunos recebiam um livro impresso do PLAc durante a aula. Contudo, entre uma aula e outra, eles poderiam acessar o *ebook*, através do aparelho celular ou de algum dispositivo móvel, pois o *ebook* se encontra disponível no site da EDUEPB para *download* gratuito e, na ONG, eles possuíam acesso livre a rede *wifi*.

Os desafios encontrados, na ONG- Aldeias Infantis SOS, começaram no início do projeto, tratando-se da estrutura da ONG. No início do curso, não havia uma sala de aula apropriada para receber esses alunos venezuelanos. Contudo, iniciaram-se as aulas, em agosto de 2018, no pátio da ONG, em que os funcionários disponibilizaram uma mesa grande e uma cadeira, além de um quadro (encostado em uma cadeira). Todos os venezuelanos receberam um kit de material escolar, com caneta, caderno, lápis e borracha, para auxílio durante o curso.

Além dos desafios estruturais, os alunos não ficavam confortáveis, pois não havia uma mesa para os alunos apoiarem os materiais das aulas. No início de 2019, a nova sala possuía um quadro branco (doação da Profa. Dra. Mônica Santana), usado durante a aula, e a participação de todos os alunos era incluída nas aulas, fazendo com que escrevessem, participassem, com atividades no quadro, e dialogassem, a partir do que foi aprendido do português em sala, incluindo jogos com atividades do cotidiano, para que pudessem aprender, desde o início do curso, a língua portuguesa de uma forma dinâmica e lúdica.

Com a chegada de novos alunos, em 2019, foi perceptível que os alunos possu[íam] nível de escolaridade mais baixo do que os alunos do ano anterior. Eles possuíam ensino fundamental ou ensino básico. E, alguns não sabiam ler e escrever no seu idioma nativo. Essa dificultou o aprendizado do português, pois era necessário alfabetizá-los ou focar no ensino da língua oral somente. Contudo, o foco inicial do projeto era para venezuelanos alfabetizados.

O projeto alcançou as expectativas propostas durante o ano de 2019, por que foi, por meio do português como língua de acolhimento, que os resultados foram obtidos com satisfação, por exemplo, de acesso desses refugiados, migrantes e solicitantes de refúgio, à educação, emprego, saúde e mobilidade urbana. Grande parte dos venezuelanos acolhidos na ONG Aldeias Infantis SOS conseguiu emprego na cidade de João Pessoa, e jovens e crianças tiveram acesso à educação nas escolas e creches da cidade.

Saliente-se que houve participação dos alunos do PLAc em evento realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União (MPU). Este evento durou uma semana, dedicado a estudos sobre formas de atuação diante desse cenário, com mesas e palestras sobre

o direito dos refugiados, e informação sobre como a sociedade civil pode contribuir e se preparar para receber esses refugiados.

O evento foi uma parceria entre a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Defensoria Pública da União (DPU), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Missão Paz e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Para o evento ocorrer na Paraíba, contou-se ainda com a Procuradoria da República na Paraíba, o Ministério Público do Trabalho na Paraíba, a Defensoria Pública da União na Paraíba e órgãos e instituições estaduais e municipais envolvidas no processo de acolhimento de migrantes forçados venezuelanos. Por fim, houve participação, em evento realizado pela OAB-PB, na Justiça Federal para discutir os direitos dos refugiados venezuelanos acolhidos no estado. Na oportunidade o folheto foi distribuído aos presentes como informativo sobre o projeto em andamento, tirando dúvidas sobre as aulas e a metodologia aplicada.

Ainda, houve um minicurso Básico de Libras I para os monitores do PLAC, e aberto à comunidade acadêmica do CCBSA-UEPB, para contribuir com o Projeto, visando facilitar a integração de dois venezuelanos surdos acolhidos na ONG Aldeias Infantis SOS e outros que venham a participar do PLAC. Foram cerca de 40 inscritos que fizeram o curso de 6h, ministrado pela professora Dra. Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro, do IFPB, em abril de 2019. A iniciativa do curso foi do Projeto de extensão “Português como língua de Acolhimento” PLAC, organizado pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm), vinculado ao NEPDA/UEPB. Por fim, houve apresentação do projeto PLAc, em formato de banner, pela discente bolsista do projeto, Mariana Teixeira, nos 13 anos do aniversário do CCBSA-UEPB, em 2019.

Na medida em que o Plac se constitui como um projeto que visa desenvolver atividades no ensino do português como acolhimento desses migrantes forçados e refugiados, torna-se eficiente no aprendizado da língua portuguesa, que transfere a essas pessoas a garantia de direitos fundamentais no país e inclusão social, assegurando liberdade de acesso à educação, saúde, trabalho, alimentação, moradia, segurança e lazer.

Nesse sentido, o PLAc se torna eficaz, visto que o refugiado ou o migrante forçado se encontra em situação de vulnerabilidade, em um país que, em geral, não fala sua língua nativa, o que acaba dificultando na troca de ideias, no fluxo da participação na sociedade e na

busca por seus direitos. O PLAc é efetivo, pois oferece, por meio do aprendizado do português, a oportunidade de garantia de dignidade e atuação da cidadania em sociedade.

4. Resultado do PLAc na integração de venezuelanos em João Pessoa

Os resultados do PLAc, da CSVN/NEPDA/UEPB, na integração de refugiados e migrantes forçados venezuelanos em João Pessoa contaram com a participação efetiva da graduanda do curso de Relações Internacionais da UEPB, Mariana Teixeira, autora deste texto.

Silva (2021), mestranda no PPGR/UEPB e também monitora no PLAc, mostrou a satisfação de muitas venezuelanas e a gratidão de oportunidades, mesmo com falta de esperança na busca por emprego. Segundo ela, algumas venezuelanas relataram que “não é xenofobia, não é discriminação, nada desse tipo. É que às vezes a situação fica difícil até para os brasileiros”. Outras se autodeclararam “felizes e que conseguiram muito carinho e apreço, e que como pastora gosta de ajudar as pessoas e se integra muito”.

Assim, a integração com a sociedade civil se deu de forma satisfatória na Paraíba, tendo em vista que agora essas pessoas têm o sentimento de pertencimento à sociedade, na maior parte dos relatos, de como saber se locomover pelos bairros, ser reconhecido no bairro (mercado, padaria) e fazer amizade com os vizinhos. (SILVA,2021)

Entre os maiores relatos de integração, de acordo com Silva (2021), foi o desligamento da primeira família que chegou na ONG- Aldeias Infantis SOS em João Pessoa. Cercada de lágrimas na despedida, eles não estavam chorando de tristeza, mas de gratidão, com sentimento de acolhimento. Vale salientar que nem todos os relatos da integração foram sentidos da mesma forma, pois cada um tem seu relato e, apesar de pontos positivos, muitos venezuelanos tratam das dificuldades, por exemplo, de revalidação de diploma.

Logo após a participação dos alunos do projeto PLAc, esta autora recebeu notícias de venezuelanos (ex-alunos) que conseguiram entrar no mercado de trabalho, mesmo em meio aos efeitos de baixa oferta de emprego. Após o curso, alguns começaram a trabalhar nos supermercados próximos ao bairro de Mangabeira. Um dos alunos, surdo, conseguiu vaga de emprego em um mercado da região.

Algumas mulheres começaram a empreender vendendo comidas típicas da Venezuela, como bolos, em frente a própria ONG- Aldeias Infantis SOS. Entre as alunas, uma delas conseguiu fazer a prova de português e conseguiu o certificado de proficiência da língua, o que, além de mudar a realidade diária, ela terá a possibilidade de ingressar no ensino superior em uma universidade brasileira. Sendo assim, o PLAc é realmente uma das formas

de integração local, como solução durável efetiva, de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio na sociedade.

Os resultados foram publicados em formato artigo, capítulo de livro (no CNEA – UEPB, 2019), banner (Aniversário do CAMPUS V) e palestra em eventos acadêmicos (Campus V-UEPB). O PLAc atendeu os objetivos de fazer com que essas pessoas possam continuar suas vidas, dando início a uma nova etapa de vida.

Com isso, os resultados foram os esperados, pois os venezuelanos atendidos no projeto PLAc puderam aprender a língua local necessária ao convívio e à comunicação do dia a dia. Portanto, o Projeto contribuiu para a integração local desses venezuelanos acolhidos na ONG, particularmente com relação à mobilidade urbana, educação, saúde e vínculos empregatícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades que a Venezuela enfrenta, a crise migratória apresentou uma evolução crescente no número de migrantes forçados e refugiados, em 2017, que geraram a entrada de milhares de Venezuelanos pelas fronteiras do Brasil, em especial as de Roraima, fazendo com que pequenas cidades fronteiriças começassem a se preparar para o acolhimento deles.

A busca por promover uma maior proteção desses vulneráveis em território brasileiro se deu a partir da Operação Acolhida, uma das maiores operações no acolhimento desses deslocados, no ordenamento da fronteira e na interiorização deles. Diante disso, o NEPDA, que abriga a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, na UEPB, e a ONG Aldeias infantis SOS mostraram que o projeto “Português como língua de acolhimento” (PLAc) trouxe um imenso benefício, no ensino do português como forma de auxiliar na integração local, tendo sido uma grande contribuição na vida dos refugiados, dos migrantes forçados, da sociedade civil e dos acadêmicos envolvidos, mostrando-se efetivo durante seu funcionamento.

O PLAc cumpriu com seus objetivos, mostrando-se como um projeto que respondeu às expectativas e fazendo com que, por meio do português como língua de acolhimento, ocorresse o acesso à educação, emprego, saúde e mobilidade urbana, de forma eficiente, pois grande parte dos venezuelanos acolhidos na ONG Aldeias Infantis SOS tem conseguido emprego na cidade de João Pessoa, e jovens e crianças estão tendo acesso à educação em escolas e creches da cidade.

Por fim, como bolsista do PLAc/CSVM/NEPA/UEPB, esta autora viu de perto a teoria aliada à prática. No entanto, muito mais que aliar teoria à prática, apesar do choque cultural no início do projeto, à sua vida acadêmica e particular, agregou-se um sentimento de gratidão

por tanto aprendizado e por conhecer pessoas maravilhosas que tanto lhe ensinaram no projeto. Restou o sentimento de paz, de poder ter ajudado essas pessoas mais do que imaginava, com ensinamentos, troca de afeto, respeito, aprendizados e trocas culturais, a ser levado durante toda a sua jornada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José. C.P. Ensino de Portugues língua estrangeira/EPL: A emergência de uma especialidade no Brasil. In: LOBO, T. et. al. (Orgs). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 723-728.

ACNUR BRASIL. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados (1951)**. Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Acesso em 31/05/22

ACNUR. **Universidades Conveniadas. 2019** Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/universidades-conveniadas/> . Acesso em 14/06/2022

ACNUR. **Programa de Interiorização. 2019** Disponível em <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/> Acesso em 03/07/2022

ACNUR. **Entrada e regularização migratória de venezuelanos no Brasil. 2022** Disponível em

<https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/regularizacao-migratoria-e-entrada-de-venezuelanos-no-brasil/> Acesso em 14/06/2022

ACNUR. **Mais de 700 venezuelanos são beneficiados com serviços e abrigo na Paraíba. 2022** Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/175271-mais-de-700-venezuelanos-sao-beneficiados-com-servicos-e-abrigo-na-paraiba> Acesso em 01/06/2022

ACNUR. **Reassentamento. 2011** Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/#:~:text=Nessas%20circunst%C3%A2ncias%2C%20o%20ACNUR%20ajuda,%2C%20conceder%20deles%20assentamento%20permanente.> Acesso em 20/07/2022

ACNUR. **Repatriação voluntária.** Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/repatriacao-voluntaria/> . Acesso em 20/07/2022

ACNUR. **Integração local.** Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/integracao-local/>. Acesso em 20/07/2022

ACNUR. **Interiorização. 2018** Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/> Acesso em 21/07/2022

ARCOS, Igor Serejo Vale. **Cooperação Internacional Como Instrumento para Acolhida Humanitária de Refugiados e Migrantes Venezuelanos em João Pessoa, PB (2019-2020).** Universidade Estadual da Paraíba, 2022. Disponível em <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4314/5/PDF%20-%20Igor%20Serejo%20Vale%20Arcos> Acesso em 02/08/2022

BULLA, Gabriela da Silva; KUHN, Tanara Zingano. ReVEL na Escola. **Português como Língua Adicional no Brasil- Perfis e Contextos Implicados.** ReVeL. Vol.18, n.35,p.1-15, 2020. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/d0e7e22f8c5191e1009a4ca3dc37df2e.pdf> Acesso em 10/06/2022

CASA CIVIL. **Interiorização.** Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1/interiorizacao#:~:text=Desde%20abr%20de%202018%20mais,interiorizados%20para%20810%20munic%C3%ADpios%20brasileiros.> Acesso em 05/07/2022

COSTA, Eric Júnior; SILVA, Flávia Campos. **O ensino do Português como Língua de Acolhimento PLAC na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua.** n.1, p.128-136, 2020. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/24117/26325> Acesso em 16/06/2022

CRUZ, Gustavo Lopes. **Um estudo sobre a Operação Acolhida.** Escola de Comando Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, p. 52-59, 2020. Disponível em: MO 6269 - LOPES DA CRUZ.pdf (eb.mil.br) Acesso em 01/08/2022

FILHO, José Carlos Paes de Almeida. **Ensino do Português língua estrangeira/EPL: A emergência de uma especialidade no Brasil.** Salvador, EDUFBA, p.724-727,2012. Disponível em <https://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-51.pdf> Acesso em 10/06/2022

GROSSO, M. J. **Língua de acolhimento, língua de integração. Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 2,p. 66-73,Brasília, 2010. Disponível em: Língua de acolhimento, língua de integração | Revista Horizontes de Linguística Aplicada (unb.br) Acesso em 01/08/2022

POZZO, Eloiza Dal; IDESF.Org. **Operação Acolhida: quase 70 mil venezuelanos interiorizados e o modelo brasileiro de acolhimento.** 2022 Disponível em : Operação Acolhida: quase 70 mil venezuelanos interiorizados e o modelo brasileiro de acolhimento | IDESF Acesso em 30/06/2022

MEDEIROS, Pinheiro Camila. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. v.14,n.14.(2019). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

OIM, Brasil. Organização Internacional para as migrações. **Estudos da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais**. 2019 Disponível em [https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20internacionais,ter%C3%A7a%20feira%20\(17\)](https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20internacionais,ter%C3%A7a%20feira%20(17).). Acesso em 19/07/2022

OLSEN, Ana Carolina Lopes; KOZICKI, Katya. **A língua como impasse para o reconhecimento e a integração dos refugiados no Brasil**. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v.22, n.122, p.142-157, fev/maio 2020. Disponível em [A língua como impasse para o reconhecimento e a integração dos refugiados no Brasil | Revista Jurídica da Presidência \(presidencia.gov.br\)](https://www.presidencia.gov.br/revista-juridica) Acesso em 06/07/2022

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco; SILVA, Sarah Fernanda Lemos. **A cooperação como instrumento para fortalecer a integração de migrantes venezuelanos na Paraíba em 2018**. Monções. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.16,p.309-324 2018 Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9839/5752> Acesso em 31/05/2022

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987

PEREIRA, Giselda Fernanda. **O Português como Língua de Acolhimento e Integração: A Busca Pela Autonomia por Pessoas em Situação de Refúgio no Brasil**. São Paulo, v.17,n.1, p.119-130, jan/jun.2017. Disponível em: [R2_CadPosGradLetras171.indd \(semanticscholar.org\)](https://www.semanticscholar.org/) Acesso em 01/08/2022

R4V. **Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela**. Disponível em <https://www.r4v.info/> . Acesso em 14/06/2022

R4V. **Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de imigrantes em situação de vulnerabilidade**. Disponível em <https://www.r4v.info/pt/document/informe-de-interiorizacao-jun2022> . Acesso em 14/06/2022

SALA, José Blanes. **15 anos de Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil**: Universidades e pessoas refugiadas/Organizado por José Sala.et al.- São Bernardo do Campo, SP: Universidade Federal do ABC,2020. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/15-Anos-C%C3%A1tedra-Sergio-Mello.pdf> Acesso em 09/07/2022

SEIXAS, Bernardo Silva; LIMA, Isabelle Cristina Moura. **O Estado Democrático de Direito e a Operação Acolhida: Análise Acerca do Acolhimento dos Refugiados venezuelanos no Estado de Roraima**. Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ, v.3, n.2, p.8-13, 2020. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/view/35388/22071>. Acesso em 02/08/2022

SILVA, Sara Fernanda Lemos. **A integração local dos migrantes forçados venezuelanos na Paraíba (2018-2020)**. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais- Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, 2021. Disponível em <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2021/08/A-INTEGRACAO-LOCAL-DOS-MIGRANTES-FORCADOS-VENEZUELANOS-NA-PARAIBA-2018-2020.pdf> Acesso em 30/05/2022

SILVA, Sara Fernanda Lemos. PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco. **Atuação da Rede Local de Proteção de Migrantes venezuelanos durante a pandemia de Covid-19 na Paraíba.** Disponível em <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolive/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/25.pdf> . Acesso em 06/07/2022